

"Farani não tentou regularizar"

RENATO COSTA



As atividades comerciais dentro da Academia de Tênis, como cinemas, restaurantes, casas de espetáculos e o hotel, podem ser interrompidas?

Sim. Não podemos continuar permitindo que as instituições comerciais funcionem como se nada estivesse acontecendo. Mesmo que não haja problema com as empresas, o local onde elas estão sediadas tem.

Há solução?

O primeiro passo é reconhecer as irregularidades ali existentes. Mas mesmo diante de todas as provas, o sr. Farani insiste em negar. O local é aprazível, acrescenta à Brasília, mas os parâmetros têm de ser respeitados. Ele deve construir dentro do que é dele, parar de invadir e parar de fingir que está tudo bem, porque não está tudo bem. Está tudo errado. E as empresas, que nada têm a ver com a história e que estão funcionando lá, podem pagar por isso.

Como explicar tantas irregularidades ao longo dos anos?

Não posso responder pelas administrações anteriores. Não faltam elementos que apontam para essas irregularidades. Mas o que eu não consigo entender é como um empresário bem-sucedido constrói toda sua história dessa forma. É um caso emblemático. Trata-se do maior mosaico de irregularidades de Brasília, resultante da soma de desmandos, da confiança na impunidade e de apoio político para essa inércia.

Trata-se de maior mosaico de irregularidades de Brasília", descreve o Administrador de Brasília, Clayton Aguiar. Ele se refere à Academia de Tênis Resort, empreendimento do empresário e cardiologista José Farani, que há 20 anos desafia as normas de edificação e extrapola os limites do lote para diversificar as atividades de um dos pontos mais frequentados de Brasília. Ponto que pode parar, já que os restaurantes, o hotel, o cinema e a casa de espetáculo não terão os alvarás de funcionamento renovados. Em entrevista ao Jornal de Brasília, Aguiar revela a pressão que sofreu de políticos para não demolir o galpão erguido à beira do Lago Paranoá (lote 1-C). A construção foi consolidada à margem da lei e apesar de colecionar notificações. Segundo o administrador, Farani não provou ser proprietário do lote ou quitou as multas emitidas pelo desrespeito às normas de edificação e pela invasão de áreas públicas.

Que ações serão executadas pela Administração de Brasília em relação às irregularidades levantadas na Academia de Tênis?

No lote 1-C, do ponto de vista administrativo, nós esgotamos as alternativas. Agora aguardamos o pronunciamento da Justiça sobre a liminar que impede a demolição do galpão. Enquanto não há pronunciamento, a fiscalização continua indo ao local para verificar se há novas irregularidades.

O que será feito caso a liminar seja cassada?

A liminar é uma faca de dois gumes. Ela protege no primeiro momento, mas se for cassada, o peso da decisão é muito maior. Aí não será a Administração que mandará demolir, será a Justiça. Se a decisão for pela cassação, haverá demolição.

Houve tentativas de Farani para regularizar a situação?

O que me espanta é que não

houve nenhuma tentativa. Há esta possibilidade desde que se retire três metros da construção nas proximidades do lago e outros oito metros que avançaram sobre área de estacionamento, que apresente os documentos comprovando a posse do terreno e que siga os trâmites subsequentes na Administração. Mas, até o momento, nós só fomos procurados de forma informal por representantes de Farani. Tentaram de forma política, alegando que tratava-se de perseguição, mas desistiram ao saber da situação. E não foram poucas pessoas, foram muitas.

Quem são esses representantes?

Eram políticos. Ligavam dizendo que era o deputado fulano de tal, o senador fulano de tal e perguntavam o que estava sendo feito com o sr. Farani. Eu explicava que não era pessoal: é uma ação técnica. Ele se comprometeu a trazer toda a docu-

mentação mas até agora nada. A intenção não é demolir, queremos é que a legalidade seja respeitada. Mas tudo aquilo que está sobre área pública terá de ser demolido.

Mas há levantamentos de invasões que datam de 1982...

Desde o primeiro momento, a academia está eivada de irregularidades. Ele comprou o lote, ocupou indevidamente área pública que depois foi legitimada por uma lei (Lei Complementar 89) que não chegou a se concretizar porque não há registro de pagamento dessa área.

Há também a invasão de cerca de 21 mil metros quadrados pela Vila Brasília, construída pelo próprio Farani. Ele pede que eles sejam retirados da invasão, e terão que ser retirados. Mas não se pode usar dois pesos e duas medidas. Não vou remover os moradores enquanto não tirar as invasões da academia.

O senhor disse que a academia foi notificada, autuada, embargada...

Todos os procedimentos administrativos tomados foram sucessivamente desrespeitados. Não tenho notícia de que o pa-

gamento de nenhuma das multas tenha sido efetuado.

O sr. Farani não pagou as multas por desrespeito às normas de edificação e por invasão de área pública?

Não pagou.

O Ministério Público aponta que dentro da academia há estabelecimentos funcionando irregularmente, sem habite-se ou alvarás de funcionamento. É verdade?

É. E decidimos, a partir de agora, por não renovar aqueles existentes enquanto a questão não for resolvida.